



Chaves teóricas para interpretar o presente: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Theoretical keys to Interpret the present: Work, Social Issues and Social Work


Àlison Cleiton de Araújo*

 <https://orcid.org/0000-0003-4564-7820>

Ana Cristina Oliveira de Oliveira**

 <https://orcid.org/0000-0002-3806-6385>

Gláucia Lelis Alves***

 <https://orcid.org/0000-0002-9458-2448>

Manuella Aragão Pinheiro****

 <https://orcid.org/0000-0002-1882-3078>

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão sobre a necessidade de uma perspectiva ontológica e de totalidade sobre a realidade, na qual a centralidade do trabalho é a chave para compreender o tempo presente. A análise sustenta que o capitalismo contemporâneo mantém e aprofunda a exploração da força de trabalho, além de seguir na disputa ideológica pela perpetuação de respostas reformistas e fragmentadas às expressões da questão social. O texto também aponta os desafios e tendências para a formação profissional.

*Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG, Goiás, Brasil). E-mail: alisonufg@ufg.br

**Assistente Social. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). E-mail: anacristinaoliveira@id.uff.br

***Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: glaucialelisalves@gmail.com

****Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Maceió, Brasil). Assistente Social na coordenação de extensão da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Maceió, Brasil). E-mail: manuella.pinheiro@fssoufal.br

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n50p187-202



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho; Ontologia; Projeto Profissional; Questão Social; Serviço Social.

ABSTRACT

This article reflects on the need for an ontological and totalizing perspective on reality, in which the centrality of labor constitutes a key element for understanding the present. The analysis contends that contemporary capitalism not only sustains but also intensifies the exploitation of the workforce, while perpetuating the ideological dispute through reformist and fragmented responses to the expressions of the social question. Furthermore, it highlights the challenges and emerging trends in professional education and training.

KEYWORDS

Labor; Ontology; Professional Project; Social Question; Social Work.

Introdução

O presente artigo visa demarcar eixos de análise e aportes teóricos referentes à relação orgânica e estrutural entre trabalho, questão social e Serviço Social, a partir das sínteses do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) da ABEPSS durante o biênio 2023–2024. A gestão “Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente!” foi marcada pelo aprofundamento do debate crítico sobre as transformações do mundo do trabalho, o enfrentamento das desigualdades estruturais e a afirmação da formação profissional comprometida com a realidade brasileira. O mote central da reflexão que se apresenta é o debate sobre a concepção ontológica de trabalho como categoria fundante do ser social e universal, para pensar o real e as mediações construídas a partir desse ato fundante, visando compreender as contradições e particularidades da relação capital-trabalho na sociabilidade burguesa e seus meandros em formações sociais de capitalismo dependente.

No período correspondente aos últimos dois anos, o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) desenvolveu um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento das discussões teóricas, metodológicas e políticas relacionadas às Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), com especial atenção à centralidade do trabalho, às expressões da questão social e às transformações do capitalismo dependente. Desse modo, nada mais necessário do que trazer um debate teórico-político em defesa da leitura ontológica do mundo, sem menosprezar as dimensões gnosiológicas e epistemológicas, mas partindo do pressuposto de que um dos constitutivos centrais do ser social — o trabalho — determina o conjunto das relações sociais, os mecanismos de reprodução social e inflexiona a leitura do movimento e das contradições que permeiam o real. Voltar-se para esses aportes tem relação direta com a necessidade de fortalecimento da formação profissional em Serviço Social, da produção de conhecimento socialmente referenciado e da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de resistência e afirmação de um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

O aprofundamento crítico do debate teórico-metodológico sobre trabalho, questão social e Serviço Social constitui um eixo fundamental para a consolidação de uma formação profissional comprometida com a análise rigorosa da realidade concreta. Em um cenário marcado pelo avanço das expressões da barbárie, pelo recrudescimento das desigualdades sociais e pelo desmonte sistemático das políticas públicas, torna-se urgente resgatar e

fortalecer a centralidade do trabalho na mediação das relações sociais, compreendendo-o como categoria fundante da vida social.

Nesse contexto, o debate acerca da questão social, como expressão das contradições estruturais do capital, exige um olhar crítico e totalizante, capaz de superar as leituras fragmentadas, funcionalistas e tecnicistas que ainda persistem em diversos espaços formativos e institucionais. A abordagem teórico-metodológica que propomos ancora-se na tradição marxista, que oferece os instrumentos necessários para compreender a gênese, a reprodução e as múltiplas expressões da questão social como produto das relações contraditórias entre capital e trabalho. Fortalecer esse debate teórico-metodológico na formação profissional, alinhada às Diretrizes Curriculares de 1996, sobre essas categorias, é fortalecer a capacidade de resistência e de intervenção qualificada na realidade concreta, pelo Serviço Social. Significa defender uma formação que articule ensino, pesquisa e extensão a partir de uma perspectiva totalizante e socialmente referenciada, em uma unidade histórico-crítica dialética que leve em consideração as determinações do modo de produção capitalista e seus desdobramentos.

O trabalho, compreendido em sua dimensão ontológica e histórica, constitui a categoria fundante da vida social e da sociabilidade humana. No entanto, no capitalismo, ele se expressa de forma alienada. As premissas aqui apresentadas são balizas para o texto que segue. A princípio, faz-se uma breve demarcação da perspectiva ontológica e materialista de mundo, da dimensão da totalidade para uma leitura complexa e crítica da realidade, e desenham-se, em breves linhas, os meandros da exploração capitalista na contemporaneidade e as mudanças dela advindas no mundo do trabalho. Em seguida, finaliza-se com as resistências políticas empreendidas na luta por uma formação profissional crítica e comprometida com as transformações sociais.

Em defesa da perspectiva ontológica no debate sobre o trabalho – a totalidade como horizonte

A discussão acerca da ontologia, quando vinculada ao campo da crítica social histórico-materialista, não pode se furtar ao problema da totalidade e, sobretudo, do trabalho como categoria fundante. Entendida como reflexão sobre o ser social, a ontologia permite apreender o homem não somente em sua dimensão abstrata, mas em sua inserção concreta nas relações históricas. Nessa perspectiva, o trabalho aparece como atividade ontologicamente central, por meio da qual o ser humano se objetiva, transforma a natureza e a si mesmo, constituindo-se em sujeito histórico.

A totalidade, por sua vez, não deve ser compreendida como mera soma de partes ou sistema fechado, mas como um processo dinâmico que articula, a partir de uma análise lukacsiana, complexos de complexos sociais em uma unidade dialética. Essa perspectiva implica reconhecer que cada esfera da vida social — econômica, política, cultural, ética — só pode ser apreendida em sua mediação com o todo histórico. O trabalho, como categoria fundante, é o ponto de partida para compreender essa totalidade, pois ele articula as condições materiais de existência da humanidade e desdobra a ação social transformadora.

Essa leitura busca legitimar eixos epistemológicos para o conhecimento do ser social naquilo que ele tem de "fundante": o que funda o pensamento e a atividade humana, o ato histórico fundador — o trabalho — e seus pores teleológicos, sua relação com as séries causais e a consideração do todo/totalidade, na sua forma de ser, existência, como processo histórico que se transforma. O leitor, até aqui, pode se perguntar: por que retomar tal análise? Ora, os modos de produção, para se legitimarem e reproduzirem, engendram mediações no campo científico/filosófico, ideopolítico e ético, para além das formas de produzirem e responderem às suas necessidades básicas.

O sistema do capital assume, progressiva e contraditoriamente, uma função totalizadora, sobretudo no que se refere ao controle das instituições e de todas as esferas da vida social. Essa função vem sendo balizada desde a divisão da sociedade em classes até o controle político e ideológico do capital em sua totalidade. A tarefa aqui é desvelar as imagens mistificadoras e apontar os caminhos que levam a uma perspectiva histórico-crítica e totalizante. Por essa razão, faz-se necessário resgatar, pela teoria do valor, os condicionantes mistificadores do real e as disputas ideológicas produzidas por esse sistema, em contraposição a uma perspectiva emancipatória de mundo.

Nesse sentido, o Estado complementa o potencial totalizador do capital, e ambos são componentes de seu controle sociometabólico. Uma das estratégias para consolidar esse controle ocorreu por meio da divisão social hierárquica do trabalho e da separação das funções de produção e de controle do processo de trabalho. Para além dessa estratégia, fez-se necessário o controle ideológico para a manutenção do poder, como, por exemplo, justificar a desigualdade socialmente criada pelo sistema, considerada como algo natural. Esse processo, em virtude da determinação do sistema do capital — que deve se orientar para a expansão e se mover pela acumulação — gerou outro, permeado pela incontrollabilidade dessa mesma expansão. Alteraram-se, assim, as formas de controle sociometabólico que, nas sociedades antigas e medievais, se moviam pela autossuficiência no relacionamento entre produção material e seu controle, para consolidar a difusão universal da alienação e da reificação. Daí a necessidade de resgatar e demarcar os fundamentos ontológicos e uma leitura totalizante da realidade, para o desvelar das contradições estruturais dessa sociabilidade.

Na análise da mercadoria e do papel central que exerce no sistema do capital, articulam-se alienação, fetichismo e reificação, pois a mercadoria constitui elemento fundamental da estrutura do capitalismo moderno, em todas as suas manifestações vitais. Nesse sentido, efetiva-se uma objetividade fantasmagórica, em que as relações entre pessoas tomam o caráter de relações entre coisas, ocultando a essência fundamental da sociabilidade humana — ou seja, a própria relação que se estabelece entre os homens.

As formas de reificação e a objetivação fantasmagórica da mercadoria expressam-se na fragmentação do processo de trabalho, pela redução do trabalho a funções mecânicas, repetitivas, reiterativas, em operações parciais, bem como pelo processo de racionalização do tempo de trabalho necessário, quebrando a unidade do produto como valor de uso. A outra dimensão desse processo refere-se ao sujeito, pois efetiva-se sua fragmentação — ou seja, o homem passa a constituir-se como parte mecanizada, e o processo de trabalho aparece, de forma mistificadora, apartado do ser social.

A redução do espaço e do tempo a um mesmo denominador, em virtude da racionalização e mecanização do processo de trabalho — em que o tempo é tudo, quando passa a ser mensurado e calculado pela especialização das funções — revela que, ao mesmo tempo em que se fragmenta o objeto do trabalho, o mesmo acontece com os sujeitos do trabalho.

Somente no âmbito do capitalismo constitui-se o processo de racionalização e mercantilização do trabalho, e essa característica distingue-o das outras formas de sociabilidade pela universalização da esfera mercantil. Na universalidade das relações mercantis, a satisfação das necessidades humanas torna-se circunscrita à troca de mercadorias, separando o produtor dos seus meios de produção, substituindo as relações humanas por relações reificadas. A base da reificação é o caráter desumanizado e desumanizante da relação mercantil. Como um processo que se institui pela capitalização radical de toda a sociedade — pela extração da mais-valia, pelo capital financeiro e mercantil — o capital constitui-se como forma autêntica representante da vida social dos homens, pela sua consciência reificada.

A dimensão totalizadora do capital, que vem se plasmando historicamente em suas condições de reprodução, revela que os processos alienantes expressos na reificação e no fetichismo penetram na totalidade das relações de produção social e nas relações que viabilizam sua reprodução. Universaliza-se a factualidade resultante da mistificação realizada pela mercadoria nas relações sociais. Indaga-se, então, nesta análise, se mesmo diante das contradições e da incontrollabilidade do capital — seu caráter destrutivo — como o sistema do capital reconstrói suas bases de sustentação. Ou seja, quais são as estratégias atuais para sua reprodução ideológica, econômica e social. Há que se considerar que o sistema ainda não esgotou sua capacidade de exploração e, conseqüentemente, de manipulação construída pelos processos alienantes, que têm sua expressão máxima na reificação das relações sociais de produção.

Mészáros (2002) define controle sociometabólico como defeitos estruturais de controle do capital. Para o autor, o defeito estrutural do controle, profundamente enraizado, está localizado na ausência de unidade. Essa ausência assume a forma de contradições estruturais, expressas com maior ou menor intensidade, em razão das circunstâncias históricas em que foram produzidas. Ao referenciarmos o tempo presente, essa dinâmica insaciável do capital ganha contornos de barbárie social e impõe transformações societárias que desafiam a condição humana.

A exploração capitalista e seus contornos estruturais: elementos para pensar a contemporaneidade

A construção de chaves teóricas para a interpretação do tempo presente, tendo como eixos estruturantes o trabalho, a questão social e o Serviço Social, configura-se como um empreendimento de elevada complexidade epistemológica e densidade analítica. Tal tarefa exige a apreensão, em sua inteireza contraditória, dos processos de reconfiguração da exploração capitalista, das metamorfoses nas expressões da questão social e da reatualização das mediações políticas e institucionais que incidem sobre as múltiplas dimensões da vida social.

A partir dessa perspectiva, o GTP analisa as transformações no mundo do trabalho no contexto da acumulação flexível, da precarização das condições de vida da classe trabalhadora e da ofensiva neoliberal. As relações de classe, gênero e etnia-raça são compreendidas como estruturantes e indissociáveis, determinadas pela dinâmica do capital e expressas na divisão social, sexual e racial do trabalho. Desse modo, a questão social deve ser apreendida em sua totalidade histórica, como expressão da luta de classes. As mudanças contemporâneas na sociabilidade capitalista têm exigido dos/as assistentes sociais novos elementos analíticos para compreender a realidade social, tanto nos processos de produção quanto de reprodução da vida. Esse cenário lança desafios para o fazer científico, demandando uma produção de conhecimento rigorosa e articulada ao movimento da universalidade e às mediações que conectam as transformações societárias à particularidade histórica brasileira.

No contexto da chamada “acumulação flexível”, o capital atribui ao trabalho e à força de trabalho uma nova lógica, que faz parte das estratégias para substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, implementar formas renovadas de subsunção real do trabalho ao capital e desgastar identidades classistas historicamente construídas nas práticas político-organizativas das classes trabalhadoras. Esse processo molecular é essencial para a nova fase da acumulação capitalista, visando à formação de um trabalhador de novo tipo: desconectado de suas organizações coletivas e inserido em diversas modalidades laborais que dispensam a proteção social conquistada historicamente, ao mesmo tempo em que consolidam bases objetivas e subjetivas para a dominação.

As políticas neoliberais avançaram, embora enfrentando resistências, permitindo que os conglomerados financeiros reestruturassem as condições de concentração e centralização do capital, ampliando seus negócios e aprofundando a desvalorização da força de trabalho, considerada, nos termos de Marx (2006), a força produtiva por excelência. No entanto, esse avanço se deu sobre bases destrutivas, afetando toda a vida social: com exploração ambiental, retirada das condições mínimas para a reprodução social, violência estatal contra populações periféricas, negras e pobres, ataques a povos originários e grupos LGBTQIAPN+, além de uma ofensiva contra direitos sociais e humanos.

Desde o último quartel do século XX, o arrefecimento das taxas de lucro evidenciou contradições de maior envergadura na dinâmica do capitalismo e, paralelamente, a emergência de novas frentes de valorização do capital. A resposta a esse impasse traduziu-se na adoção de um conjunto de medidas apresentadas como soluções restauradoras da hegemonia capitalista, conforme analisa Braga (1996), cujos efeitos sociopolíticos têm se revelado de notória barbárie em escala planetária, atingindo com intensidade ainda mais devastadora os países de capitalismo periférico e dependente, como é o caso do Brasil (Fernandes, 2006).

Estas novas formas de domínio supõem a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamentos compatíveis com as necessidades de mudança da esfera da produção e na reprodução social. A direção dos processos políticos e a produção do consentimento de classe, para empreender mudanças, transformam-se nos baluartes da ação das classes dominantes, na atual conjuntura (Mota, 1998, p. 29).

Na base dessas transformações societárias encontram-se respostas adotadas pelo grande capital, que implicaram em modificações substantivas na dinâmica capitalista. Pode-se sintetizá-las em três dimensões centrais: a mundialização do capital sob a hegemonia do capital portador de juros, as reestruturações produtivas e as alterações substantivas na esfera do trabalho, a partir da ascensão e consolidação do neoliberalismo. Como nos alertam Dardot e Laval (2016, p. 7), esse movimento “transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades”.

A sustentação desse padrão de dominação social assenta-se na financeirização mundializada da economia, fundada na desregulamentação e liberalização dos sistemas financeiros, bem como na incorporação dos chamados mercados emergentes (Harvey, 2007). Esse processo complexo de expansão financeira está ancorado na proliferação e hipertrofia de conglomerados multinacionais, voltados prioritariamente para investimentos especulativos e para nichos econômicos dinamizados pelo capital de juros. Trata-se de um movimento que ultrapassa a regulação estatal e o próprio funcionamento dos mercados, operando por meio de bancos, instituições financeiras, fundos mútuos, fundos de pensão e seguradoras. Nesses circuitos, a extração de valor se realiza sobretudo via especulação financeira, isto é, pela apropriação da fração do mais-valor que se converte em juros (Harvey, 2007).

Essa nova etapa do capitalismo redefiniu a apropriação do tempo de trabalho e ampliou os mecanismos de extração de mais-valor, sustentada pelo avanço científico, tecnológico e informacional. Esse processo consolidou a reestruturação produtiva, marcada por novas formas de controle e gestão, pela terceirização e externalização da produção, pela redefinição da divisão do trabalho e pela intensificação da subsunção do trabalho ao capital.

Nos países centrais, a reestruturação produtiva ganhou expressão em experiências como a especialização flexível na “terceira Itália”, o modelo kalmariano na Suécia e o Vale do Silício nos Estados Unidos, centrado em startups e inovação digital. Essas experiências consolidaram a produção flexível como referência (Piore; Sabel, 1990), tendo no toyotismo/ohnismo da Toyota, a partir dos anos 1950, sua forma hegemônica de reorganização produtiva frente à crise do taylorismo/fordismo (Antunes, 2018).

Esse paradigma de acumulação resulta no aprofundamento da extração de mais-valor e na recomposição das formas de exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que promove a redução relativa da força de trabalho na produção direta, em função do aumento da composição orgânica do capital. Como desdobramento, observa-se a expansão do setor de serviços, a exponenciação do trabalho informal, a reconfiguração da superpopulação relativa e o avanço da pauperização absoluta — elementos centrais da dinâmica do capitalismo contemporâneo (Antunes, 2018).

Como consequência, nas últimas quatro décadas, observa-se o acirramento das contradições de classe, marcado pelas investidas do capital em modificar os marcos regulatórios do trabalho protegido. Em escala global, esse movimento se traduziu no desmonte progressivo dos sistemas de proteção estatal, sindical e jurídico vinculados ao emprego, ao mesmo tempo em que ampliou as possibilidades de extração de mais-valor e

instaurou novas sociabilidades de passivação da classe trabalhadora em esferas potencialmente lucrativas.

Mudanças no mundo do trabalho foram brutalmente consolidadas, como destaca Antunes (2005): redução do proletariado fabril estável; incremento do novo proletariado e do subproletariado; crescimento dos assalariados médios e de serviços; exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho; inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho feminino de forma precarizada. Consolida-se uma estrutura corretiva para tais defeitos estruturais. Foram introduzidas estratégias no controle da burguesia sobre as crises cíclicas do capitalismo, e a maioria delas assumiu um caráter reformista. Há uma busca incessante pela produtividade em todos os campos e, tendo em vista o aperfeiçoamento do gerenciamento das crises, reproduz-se a desvalorização do direito ao trabalho. Há uma revalorização da lógica competitiva, e o ser social passa a ser visto como um indivíduo consumidor. Desse modo, há uma mercadorização dos direitos.

Em benefício do capital, as transformações em curso evidenciam um deslocamento na funcionalidade do Estado. Conforme assinalam autores da tradição marxista, como Lenin (2008) e Mészáros (2002), o Estado desempenha papel imprescindível na garantia das condições gerais de reprodução do capital. No decorrer do século XX, com a intensificação da dinâmica imperialista e a consolidação do capitalismo monopolista, ampliaram-se significativamente suas funções econômicas e políticas, de modo a assegurar as condições necessárias à expansão capitalista (Mandel, 1982). Nesse sentido, como destaca Netto (2011), a intervenção estatal sofre alterações tanto no plano funcional quanto no estrutural, reafirmando sua vinculação orgânica às exigências da acumulação.

Assim, o tempo de trabalho apropriado pelo Estado, materializado no fundo público e direcionado tanto à reprodução do capital quanto da força de trabalho, tende, no contexto atual, a favorecer amplamente os interesses do capital. Para Granemann (2018), a função econômica do Estado assume papel cada vez mais central na dinâmica da acumulação capitalista em sua totalidade. Nesse processo, destacam-se alterações significativas nos direitos e políticas sociais, que passam a ser convertidos em seu oposto: transformam-se em formas de capital.

Essas dinâmicas acirram a questão social em suas múltiplas dimensões — desde o desemprego estrutural e a informalidade até a superexploração, a desigualdade de gênero e raça e a fragilização dos mecanismos de proteção social. Trata-se, portanto, de um processo em que a lógica da acumulação capitalista reconfigura e aprofunda as expressões da questão social, tornando-as mais complexas e dramáticas para parte significativa da população.

Pelo exposto, afirma-se que a análise da questão social, alinhada ao movimento de acumulação e reprodução ampliada do capital, constitui a chave analítica fundamental para compreender os elementos estruturais que se manifestam na vida da grande maioria da classe trabalhadora. Esses elementos aparecem em formas diversas, como desemprego, subemprego, pobreza e uma série de conflitos sociais que, embora pareçam à primeira vista desvinculados da ordem econômica, são intrinsecamente relacionados, e não novos,

a um modo de produção baseado na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza produzida socialmente.

Nossa compreensão está em sintonia com Lara e Maranhão (2019), que enfatizam a análise da questão social a partir da teoria marxista da Lei Geral da Acumulação Capitalista (Marx, 2006). Para esses autores, essa abordagem constitui uma ferramenta heurística fundamental para iniciar qualquer investigação concreta que busque aprofundar os estudos sobre as situações históricas específicas da “questão social” (Lara; Maranhão, 2019, p. 39). Nessa linha de pensamento, a centralidade do trabalho na compreensão da questão social representa um marco decisivo para o Serviço Social, pois possibilita distinguir o que é naturalizado na sociedade daquilo que decorre de fatores ligados ao sistema capitalista. Entre esses fatores, destacam-se a precarização do trabalho e da vida social, a crise do capital e a apropriação dos recursos públicos. Fenômenos que só podem ser compreendidos por meio dos processos de superexploração e expropriação da força de trabalho no capitalismo dependente na totalidade capitalista.

Os direitos trabalhistas e previdenciários, embora já fragilizados desde os anos 1990 e 2000, sofreram ataques ainda mais severos a partir da segunda metade da década de 2000, especialmente no contexto da crise econômica de 2008, marcada pelo aumento da superpopulação relativa e pelo aprofundamento das formas de superexploração da força de trabalho. O crescimento da informalidade, do desemprego e da fome, intensificado pela pandemia da Covid-19, escancarou as desigualdades sociais e revelou traços autoritários, conservadores e reacionários de uma burguesia e seus representantes políticos, que historicamente pautaram a economia em bases destrutivas, nas quais “o arcaico alimentava o moderno, e este promovia as formas de aproveitamento daquele” (Oliveira, 2018, p. 73).

As políticas e estratégias implementadas a partir de 2020, no contexto da crise sanitária, agravaram a crise preexistente, elevaram o desemprego a níveis extremos e promoveram novas reconfigurações no capital financeiro, incluindo mudanças técnicas, organizacionais, gerenciais e de controle no trabalho. Em meio a esse cenário, o imediatismo, o provisório, o irracionalismo e o negacionismo instauraram uma lógica de “cada um por si”. O trabalho informal ampliou-se, impulsionado pelas tecnologias digitais e plataformas, tornando-se a única alternativa viável para grande parcela da população desempregada.

Por fim, destaca-se que o pensamento oficial sobre a formação social brasileira, especialmente no que tange à constituição da força de trabalho e ao sujeito do trabalho, concentrou-se nas dinâmicas gerais que conformam a ordem social. Essa visão, em alguns momentos, cristalizou uma perspectiva limitada sobre o trabalho e a questão social, incapaz de captar a complexidade da relação entre esses fenômenos. Assim, torna-se urgente conhecer e se aproximar dessa nova fração da classe trabalhadora, marcada pela precariedade e pelas novas mediações do trabalho. Por meio da crítica da economia política, é possível relacionar o trabalho sob a lógica capitalista às manifestações concretas da vida social e, por consequência, às expressões contemporâneas da questão social.

Diante desse contexto, surge a questão: **quais os desdobramentos dessa análise e o que devemos chamar à atenção?** Sob esse aspecto, a incompletude de algumas perspectivas

analíticas resultou em abordagens que ora enxergaram o mercado de trabalho no Brasil apenas como consequência da implantação do trabalho livre assalariado, ora adotaram uma visão culturalista e antropológica do escravismo, que acaba por obnubilá-la sua essência enquanto formação social profundamente marcada por conflitos de classe, gênero e étnico-raciais.

Essa limitação analítica reforça a necessidade de um olhar crítico que não perca de vista as determinações estruturais do capitalismo dependente brasileiro, permitindo apreender a complexidade da questão social e do trabalho sob o capital, conforme discutido anteriormente. Só assim poderemos compreender integralmente as formas de exploração, alienação e dominação que atravessam a vida da classe trabalhadora em suas múltiplas expressões. Essa análise, associada às características do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, também aponta diferenciações na apropriação do trabalho reprodutivo. Nas sociedades de capitalismo dependente, esse processo assume perspectivas de exploração mais perversas e estruturais. A produção da riqueza deve prever a obtenção de lucros tanto para a burguesia nacional quanto para atender aos interesses e necessidades do capital imperialista via trocas desiguais — fator intensificado estruturalmente na América Latina.

No Brasil, o racismo é um elemento estruturante da inserção da população negra no mercado de trabalho assalariado e permeia toda a vida social. Para aprofundar essa compreensão, é fundamental que o debate sobre o racismo ultrapasse perspectivas que o desvinculem da totalidade social e da dinâmica das classes, como ocorre em abordagens pós-modernas e culturalistas, que o reduzem a comportamentos isolados do cotidiano, ignorando as determinações amplas da lógica capitalista e apontando para respostas e saídas reformistas e/ou subjetivistas, na linha de um identitarismo raso de sentidos e apartado da determinação da luta de classes no processo.

Uma análise crítica requer a apreensão da realidade em sua totalidade histórica, contrapondo-se ao pensamento anti-intelectual, anticientífico e conservador, que tem prejudicado as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e práticas da profissão. Esse cenário é marcado por uma ofensiva do capital sobre o trabalho, provocando confrontos constantes frente aos ajustes estruturais e às políticas neoliberais das últimas quatro décadas. Tal contexto se expressa na crescente mercantilização da educação, sua financeirização, na reconfiguração da atuação do Estado, das classes sociais e do mercado, além do avanço sobre as políticas sociais para a apropriação dos recursos públicos.

Considerando os progressos, lacunas e desafios no debate sobre a questão social, esta análise busca apresentar uma linha argumentativa sobre as tendências atuais do tema, destacando conquistas, dificuldades, contradições e os desafios que se impõem ao Serviço Social brasileiro em tempos de retrocessos civis em múltiplas esferas da vida social.

Perspectivas e resistências – o projeto de formação profissional

Para assumir os desafios que o tempo presente nos impõe como profissionais e em nossos projetos de formação profissional, é necessário desvelar a realidade — neste caso, a realidade social em sua totalidade. É preciso demarcar a leitura teórico-crítica da

perspectiva apontada, traçar a concepção histórico-social que a permeia, para, assim, qualificar o campo das disputas ideopolíticas. A perspectiva imediatista situa-se no campo que Coutinho (1972) analisa como referente à fragmentação operada pela burguesia na razão e na racionalidade dialéticas, no legado da Ilustração, que remonta aos renascentistas e vai até a contribuição de Hegel para a Filosofia. Trata-se também de sua vinculação à História — período que o autor caracteriza como rompimento com a tradição progressista, em que a burguesia abandona a conquista da realidade por uma razão dialética e passa a trabalhar em busca de sua dissolução ou limitação de seu papel.

Esse contexto demarca claramente uma cisão e a assumência, pelo proletariado, da defesa da racionalidade dialética. Nesse campo de disputas situam-se pesquisas, sobretudo na área das Ciências Sociais. Baseia-se no que se convencionou chamar de decadência da Filosofia e da herança cunhada pelo humanismo, pelo historicismo e pela razão dialética, que ressalta a cognoscibilidade da essência contraditória do real. Isso impôs outra orientação político-ideológica no campo científico, contribuindo para a consolidação do projeto burguês conservador que dissolve a tradição hegeliana — ou seja, “o rompimento com a tradição progressista pode ser considerado, imediatamente, como um rompimento com o pensamento de Hegel” (Coutinho, 1972, p. 15). Essa análise significa que a pesquisa e a produção de conhecimento são permeadas por interesses econômicos, políticos, culturais e ideológicos de uma sociedade. Dessa forma, no contexto atual e historicamente, desde a consolidação do capitalismo, há uma submissão à concepção burguesa de ciência.

Nesse sentido, a perspectiva ideológica instaurada pelo projeto burguês conservador no campo do conhecimento “decorre não apenas da capitulação à espontaneidade imediata da vida, ao aparecer fenomênico da economia, mas também da confusão entre o especial e o geral, o particular e o universal” (Coutinho, 1972, p. 18). Em razão da nova objetividade social estabelecida pela economia capitalista, instaurou-se um processo de justificação teórica do existente, consolidando uma objetividade alienada — uma mercantilização da práxis.

A discussão acerca da tendência consolidada historicamente no que se refere ao escamoteamento da luta de classes evidencia a produção e a legitimação de um discurso de naturalização da desigualdade social, bem como a tese do fim dos antagonismos entre capital e trabalho, em que o trabalhador passa a ter o controle do processo de trabalho. O escamoteamento referido diz respeito à banalização do humano pelo predomínio do capital-fetichismo, expressa na subversão do humano e no desenvolvimento de uma barbárie social. Com base nessa análise, apreende-se que os discursos ideológicos não constituem meras abstrações, não são tipos ideais, mas manifestam-se e materializam-se nas práticas sociais, na mobilização e nas ações dos sujeitos coletivos. Há, portanto, a necessidade de identificá-los no bojo da luta de classes, nos projetos societários em disputa.

Nesse sentido, a conformação dos processos ideológicos é permeada pelos limites impostos pela perspectiva de classe — o que é inevitável. Do ponto de vista da práxis, deve-se intentar a superação das estratégias de uniformização e da negação do conflito social, disseminadas pela ideologia dominante. Torna-se necessário instituir formas de resistência e rebeldia, formas de luta e enfrentamento em escala mundial. Retomar essas chaves é situar o campo de disputas ideopolíticas a que aludimos.

No Serviço Social, assim como em outras áreas, no contexto contemporâneo firmaram-se antagonismos resultantes de confrontos entre vertentes historicamente situadas em uma perspectiva conservadora/neoconservadora, de um lado, e progressista/ materialista/ emancipatória, de outro. Revelam-se tendências no campo profissional que se situam num processo de autonomização das epistemologias, no campo do pragmatismo, do imediatismo e da fragmentação do real — que se vinculam a filosofias irracionalistas. Na leitura de Coutinho, priorizam uma aparência reificada, imposta pelo capitalismo manipulatório, e compõem o conjunto das concepções de mundo estabilizadoras da ordem. A exemplo disso, a concepção pós-moderna, que produz uma dispersão e fragmentação do espaço-tempo, constrói uma pretensa impossibilidade de distinção entre aparência e sentido, imagem e realidade, reforçando o caráter efêmero e volátil de nossas experiências.

O GTP na Temporalis 42 (Amaral *et al.*, 2021, p. 216) já indica que “as lutas da classe trabalhadora no Brasil têm como marco a colonização e a escravidão, arrastando para a sociedade capitalista dependente que a sucedeu uma estrutura de desigualdade social e racial. Nesta reflexão, indicamos que a precarização do trabalho, neste território, é a expressão da radicalidade das contradições inerentes à dinâmica do capital, sob a qual o racismo e o sexismo assumem, dadas as desigualdades fundantes da sociedade brasileira, um caráter estrutural e, portanto, determinante das relações sociais como um todo.” Essa leitura revela uma análise parcial da realidade, fragmentada. No âmbito do Serviço Social, situa-se no campo de leituras subjetivistas e respostas às expressões da questão social; nessa linha, a ação profissional reduz-se a um campo de fragmentos restritos às demandas do mercado de trabalho, saídas empreendedoras ou calcadas no discurso do empoderamento.

Na perspectiva marxista, o concreto “aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado e não como ponto de partida, se bem que seja o efetivo ponto de partida da intuição e da representação”; a relação entre o universal e o singular se constrói em um campo de mediações, em que a particularidade é o resultado, a expressão dos “reflexos de situações objetivas na natureza e na sociedade que devem ser confirmadas na práxis humana [...] a fim de se tornarem categorias lógicas” (Lukács, 1968, p. 74–77). Trata-se de uma relação dialética entre singular e universal e das inflexões e desdobramentos dela advindos. Nessa perspectiva, a atuação profissional está calcada em uma concepção de totalidade, legitimando seu caráter histórico-ontológico, ao tempo em que busca produzir uma leitura teórico-crítica do atual processo de desenvolvimento capitalista e suas particularidades no Brasil, no campo das políticas públicas e seus rebatimentos no exercício profissional.

É com base nessa reflexão sobre a perspectiva da totalidade que o GTP Trabalho, Questão Social e Serviço Social vem construindo chaves analíticas, tanto pelo acúmulo da profissão quanto pelas demandas impostas pelo tempo presente. Essa exigência refere-se à necessidade de atualização de sua ementa, em um movimento dialético entre as dimensões histórico-estruturais que forjaram a América Latina — e nela, o Brasil — pelo colonialismo, pela ação perversa do imperialismo e pelos traços estruturais do racismo e do patriarcado como marcadores da divisão sociotécnica do trabalho e dos mecanismos de exploração da classe trabalhadora.

O GTP entende que a atualização da ementa, com base na discussão étnico-racial, passa por evidenciar as mediações entre trabalho e ser social, imbricando relações de superexploração da força de trabalho e racismo estrutural no capitalismo dependente brasileiro, sem abrir mão dos fundamentos ontológicos do ser social — portanto, da tradição marxista. O debate sobre o racismo precisa extrapolar qualquer vertente que se afaste da totalidade social e do movimento das classes sociais, como as pós-modernas e/ou culturalistas, que parecem moldá-lo apenas a partir de uma visão comportamental e isolada dos fenômenos da vida cotidiana, ignorando as determinações mais gerais da dinâmica capitalista. Por outro lado, para alcançar tal empenho crítico, a pesquisa sobre trabalho e questão social também precisa se desvencilhar do domínio da branquitude no pensamento social brasileiro — mesmo no campo marxista — encarar as lacunas históricas e avançar em busca de suas determinações concretas. O debate sobre racismo e sexismo não pode ser uma opção teórica de cada pesquisador; antes, é uma exigência da própria realidade.

A perspectiva é reunir e aprofundar o debate de método sobre a relação entre a forma especificamente capitalista de exploração da força de trabalho, a dependência e as determinações de classe, gênero e etnia-raça, remetendo à divisão sexual, racial e internacional do trabalho — componentes da divisão social do trabalho —, à produção e à reprodução do capital como unidades indissociáveis.

Para a direção social fundante de nossas Diretrizes Curriculares Nacionais, é fundamental considerar o debate racial como constructo social, sua gênese e atualidade como eixo estruturante das relações sociais capitalistas no Brasil, sedimentando a compreensão de que o debate étnico-racial na formação profissional não deve ser encarado como uma temática isolada ou uma especificidade. E nesse sentido, entendendo as lacunas a serem supridas, o desafio a ser enfrentado é conferir ao debate étnico-racial — e não apenas a ele —, no âmbito do currículo e da formação profissional, o mesmo lugar que ocupa na realidade brasileira: um lugar de centralidade.

Considerações finais

É na consideração dessas tendências como realidade que se desenrola no seio da produção teórica do Serviço Social — de maneira dissonante e oposta às orientações pautadas pelas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) — que percebemos a urgente tarefa de nos apropriarmos dessas diretrizes e construirmos mediações, a partir da crítica da economia política, que possam avançar nas análises das particularidades e enfrentar, teórica e politicamente, as tendências emanadas dos interesses das classes dominantes. Esse movimento requer que avancemos no sentido de articular o racismo, as relações sociais de sexo/gênero e a classe em suas múltiplas e complexas expressões, como mediação fundamental na análise da realidade concreta do trabalho, da produção do valor e, portanto, da questão social no Brasil. Nesses termos, qualifica-se tanto o debate dessa relação quanto o do trabalho e da questão social, superando alguns limites indicados nas tendências dos estudos sobre a questão social no Serviço Social brasileiro. Nesse processo, o projeto profissional crítico é um horizonte, na perspectiva de totalidade, na relação entre teleologia e causalidade, pois estabelece finalidades e antecipa resultados, não se convertendo no âmbito exclusivo do imediato.

Repõe a leitura do trabalho e das formas de exploração e opressão contemporâneas, em vista das determinações históricas e estruturais erigidas pelo processo de acumulação primitiva, do colonialismo e da escravidão, cujas contradições são recriadas pelo capitalismo dependente. Desse modo, entende a organização do trabalho assalariado e da força de trabalho como um processo determinado por essas contradições, que criou mecanismos políticos, econômicos e ideológicos de hierarquização e rebaixamento da força de trabalho indígena e negra, ocultando seu papel como estruturante na formação socioeconômica do Brasil. O esforço de compreensão das relações sociais de gênero, raça e classe tem sido permanente e necessário àqueles/as que afirmam o método histórico-dialético de análise da realidade como atual e vigente para responder às complexidades e novas configurações do trabalho em sua vinculação com a questão social, capaz de transcender categorias seccionais.

Em direção contrária a essa dinâmica alienante, no campo da ciência, deve-se buscar construir o resgate da perspectiva teórico-crítica ontológica, considerando os crivos da totalidade e da historicidade, ‘mediatizando e desfetichizando’ os objetos, construindo uma leitura histórica em que os elementos não sejam meros fatos, mas processos ou momentos dos processos históricos, em que a comparação dos resultados particulares da ciência que está sendo criticada seja norteadada pela análise do conjunto da vida social.

O GTP vem acumulando na apreensão desse movimento e de suas conseqüentes mediações que incidem sobre o trabalho explorado e expropriado. Sem isso, o GTP entende que não seremos capazes de “dar respostas qualificadas que se assentem em pesquisa e produção de conhecimentos das situações concretas e intervenções e, fundamentalmente, em um método de análise da realidade que exponha as contradições do sistema, as desigualdades por ele geradas e suas expressões na vida cotidiana da classe trabalhadora” (Amaral et al., 2021, p. 218).

A profissão move-se em um campo contraditório na produção e reprodução das relações sociais concretas e de classes. É na tensão entre a defesa dos direitos sociais, das políticas públicas e a privatização/mercantilização das necessidades sociais que o projeto de formação profissional se situa — no campo da práxis, construída na processualidade cotidiana que o alicerça, em contraposição ao racionalismo formal abstrato. E é somente a partir dessa perspectiva que se forjam as bases para o enfrentamento de uma conjuntura de regressão ideológica, de uma cultura regressiva e de tentativas de liquidação da dimensão ontológica.

Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 1996.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Primeiro de maio de 2020: a vida acima dos lucros! O Dia dos Trabalhadores tem a possibilidade de demarcar uma unidade e resistência da classe e apontar uma saída para a defesa da vida e dos direitos trabalhistas. **Notícias ABEPSS**, GTP Trabalho, questão social e Serviço Social, 1º de maio de 2020.

AMARAL, Ângela; OLIVEIRA, Ana Cristina; SOUZA, Cristiane; SOUZA, Edvânia; LARA, Ricardo; GOMES, Vera. A centralidade do trabalho e da questão social: subsídios para as diretrizes curriculares do Serviço Social. **Temporalis**, ano 21, n. 42, p. 213–229, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10090115.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org.). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 33–56.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo público: um debate estratégico e necessário. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 15., 2016, Ribeirão Preto. **Anais eletrônicos [...]**. Brasília: ABEPSS, 2016.

BEHRING, Elaine R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: teoria social e questão social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COUTINHO, Calos N. **O Estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Revista Em Pauta**, n. 20, p. 45–63, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/159>. Acesso em: 20 out. 2025.

GRANEMANN, Sara. Quando o capital vai às compras: direitos sociais, privatização e a acumulação capitalista. **Revista Linhas**, v. 21, n. 46, p. 50–71, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723821462020050>. Acesso em: 20 out. 2025.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e “questão social”. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LARA, Ricardo; MARANHÃO, César. Lei geral da acumulação capitalista e questão social. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 1, p. 35–52, 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/756757987/Lara-e-Maranhao-Fundamentos-Do-Trabalho-Questao-Social-e-Servico-Social>. Acesso em: 20 out. 2025.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento; revisão da trad. Karinna Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Carta a Kugelmann**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1868/07/11.htm>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOTA, Ana E. (org.). **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação produtiva empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Submetido em: 31/8/2025

Aceito em: 8/9/2025

202